



PODER LEGISLATIVO
Cámara de Senadores



Construindo alianças para fortalecer a democracia e promover os direitos humanos

20ª Assembleia Plenária do ParlAmericas
8ª Reunião da Rede Parlamento Aberto



8 de maio de 2024
Assunção, Paraguai

#ParlAmericasOPN
#ParlAmericas2024



PODER LEGISLATIVO
Cámara de Senadores



Mecanismos parlamentares para a efetiva promoção e proteção dos direitos humanos

Sessão 2



#ParlAmericasOPN

#ParlAmericas2024



PODER LEGISLATIVO
Cámara de Senadores



Sessão 2

Yonder Salas Durán

Deputado, Costa Rica
Presidente da Comissão dos
Assuntos da Deficiência e dos
Idosos



#ParlAmericasOPN

#ParlAmericas2024



PODER LEGISLATIVO
Cámara de Senadores

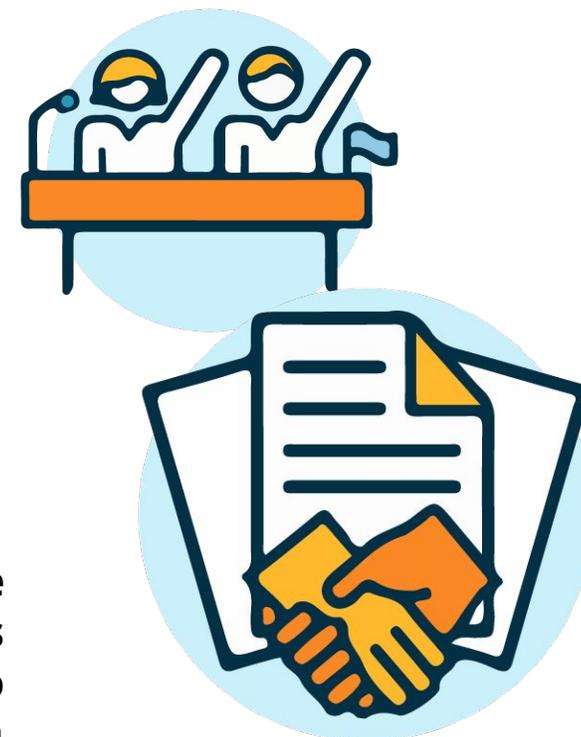


PARTICIPAÇÃO E CONSULTA

Fundamental para o exercício dos direitos humanos

DO QUE SE TRATA?

A participação e consulta da população com deficiência é um **instrumento de respeito às experiências e necessidades dessa população**, de modo que **as políticas públicas não devem nascer sem consulta estreita** e a colaboração ativa das populações afetadas. É assim que a Assembleia Legislativa da República da Costa Rica se torna um **parlamento aberto, no qual o consentimento informado e o direito de acesso à informação** da população com deficiência têm peso.



#ParlAmericasOPN

#ParlAmericas2024



PODER LEGISLATIVO
Cámara de Senadores



PROJETOS APRESENTADOS



#ParlAmericasOPN

#ParlAmericas2024



PODER LEGISLATIVO
Cámara de Senadores



MECANISMO DE CONSULTA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

BOAS PRÁTICAS LEGISLATIVAS

BASE LEGAL

Com base no Artigo 4 (3) da Lei nº 8661, intitulada "Aprovação da **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**".

O QUE É ISSO?

É o instrumento legal que regula antecipadamente os passos a serem seguidos diante de medidas administrativas, projetos de lei promovidos pelo Poder Legislativo ou projetos privados que possam afetar os direitos coletivos, a fim de **obter o consentimento** e/ou acordos dos representantes de organizações de pessoas com deficiência de **forma prévia, livre e informada e em formatos acessíveis e compreensíveis**. Seu objetivo é **evitar afetações** coletivas.

[#ParlAmericasOPN](#)

[#ParlAmericas2024](#)



PODER LEGISLATIVO
Cámara de Senadores



MECANISMO DE CONSULTA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

BOAS PRÁTICAS LEGISLATIVAS

DEVE GARANTIR

- Transparência na tomada de decisões.
- Informações adequadas e acessíveis.
- Participação contínua.
- Liberdade de expressão.
- Procedimentos acessíveis e iguais.
- Apoio e financiamento para participação.
- Acesso a assistentes e pessoas de apoio.
- Monitoramento institucional da conformidade com o mecanismo.

DIREITOS

- Participação oportuna em assuntos públicos.
- Acesso à informação.
- Direito à liberdade de expressão e à escuta real dos mais altos poderes.
- Representação.
- Autonomia e dignidade.

[#ParlAmericasOPN](#)

[#ParlAmericas2024](#)



PODER LEGISLATIVO
Cámara de Senadores



Sessão 2

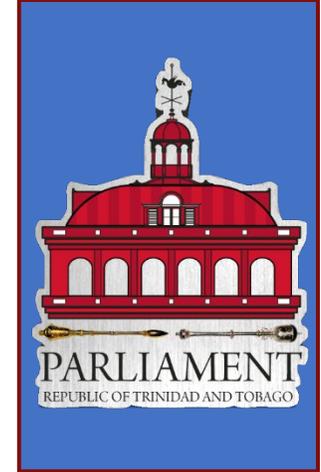
Donna Cox

Honorável Senadora, Trinidad
e Tobago
Ministra do Desenvolvimento
Social e dos Serviços Sociais



#ParlAmericasOPN

#ParlAmericas2024



Mecanismos Parlamentares para a Promoção e Proteção Eficazes dos Direitos Humanos

Exma. Senadora Donna Cox

8 de maio de 2024

Visão Geral

- ▶ **Palestrantes**
 - **Exma. Senadora Donna Cox** - Ministra do Desenvolvimento Social e dos Serviços Sociais

- ▶ **Quadro jurídico – a Declaração Universal dos Direitos Humanos**
- ▶ **Promoção dos direitos humanos – o trabalho dos parlamentos**
- ▶ **Boas Práticas no trabalho: Mecanismos Parlamentares de Proteção dos Direitos Humanos, Igualdade e Diversidade**

Quadro Jurídico



A Declaração Universal dos Direitos Humanos



O Papel do Parlamento

- ▶ O Sistema de Comitê fornece supervisão geral em relação aos direitos humanos

Muitos avanços foram alcançadas em relação aos direitos e à dignidade das pessoas com deficiência em vários setores, incluindo educação, cuidados de saúde pública, habitação, infraestruturas públicas, mobilidade pessoal e transportes públicos.

O Papel do Parlamento

Outros mecanismos de supervisão usados pelo Parlamento são:

- ▶ Moções de Membros Privados
- ▶ Perguntas com aviso prévio
- ▶ Perguntas urgentes
- ▶ Questões sobre o adiamento
- ▶ Envolvimento com organizações da sociedade civil e ONGs por meio do sistema de comitês

O Papel do Parlamento

EVIDÊNCIA DE BOAS PRÁTICAS NA PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS -

- ▶ Foco na seguridade social
- ▶ Educação
- ▶ Tratamento de crianças infratoras
- ▶ Acesso à justiça
- ▶ Direitos humanos no sistema prisional

O trabalho do governo incorpora o reconhecimento da necessidade de proteger os direitos humanos de pessoas vulneráveis para garantir que suas necessidades sejam atendidas e que ninguém seja deixado para trás. Com esse objetivo, procuramos proteger nossos idosos contra abusos e fraudes





Estudo de caso - Comitê Seletor Conjunto sobre Direitos Humanos, Igualdade e Diversidade

UNUDHR- Artigo 26- Educação

Cinco relatórios específicos sobre educação conduzidos resultaram no acordo do Ministério da Educação (MOE) para desenvolver um mecanismo padrão para categorizar e registrar certos tipos de comportamento que se enquadram na definição de assédio sexual.

Estudo de caso - Comitê Seletor Conjunto sobre Direitos Humanos, Igualdade e Diversidade

- ▶ Provisões para a **educação de crianças que necessitam de programas e serviços de educação especial em escolas públicas de ensino fundamental e médio, com o MOE estabelecendo uma liderança multidisciplinar** que inclui supervisão escolar, planejamento e desenvolvimento curricular, serviços de apoio ao aluno, outros ministérios, ONGs, organizações privadas, ONGs e organizações internacionais.
- ▶ O MOE comprometeu-se a elaborar um Memorando Circular a ser emitido aos diretores para garantir que não seja negada a entrada de crianças nas escolas públicas com base na percepção de uma deficiência.



Estudo de caso - Comitê Seleto Conjunto sobre Direitos Humanos, Igualdade e Diversidade

UNUDHR - Artigos 9, 10 e 11 - Acesso à Justiça

Seis relatórios específicos sobre justiça resultaram em legislação específica para o tratamento de detentos no Centro de Detenção de Imigrantes

O Serviço de Polícia de Trinidad e Tobago comprometeu-se a defender, por meio do Ministro da Segurança Nacional, que a legislação pertinente fosse alterada para incluir disposições que permitissem o uso de câmeras CCTV para monitorar os detentos dentro das celas de detenção

Estudo de caso - Comitê Seletor Conjunto sobre Direitos Humanos, Igualdade e Diversidade



- ▶ Status da implementação das recomendações do Terceiro Relatório do Comitê Conjunto de Direitos Humanos, Igualdade e Diversidade sobre o Tratamento de Crianças Infratoras, resultando no compromisso do Gabinete do Primeiro Ministro de operacionalizar o Registro Nacional de Crianças **até 2022**





Estudo de caso - Comitê Seleto Conjunto sobre Direitos Humanos, Igualdade e Diversidade

Outros relatórios

- ▶ **6º Relatório Impacto sobre a saúde mental e a vida familiar dos reclusos nas prisões de detenção provisória**
- ▶ **3º Relatório Tratamento de crianças infratoras no Centro de Treinamento para Jovens (YTC), no Centro de Reabilitação Provisório de São Miguel para Jovens Infratores do Sexo Masculino e no Centro de Reabilitação Provisório de São Judas para Jovens Infratoras do Sexo Feminino**
- ▶ **Quinto relatório Exame dos direitos humanos dos reclusos nas prisões de detenção provisória**

Estudo de caso - Comitê Seletor Conjunto sobre Direitos Humanos, Igualdade e Diversidade

- ▶ **Artigos 1, 22 e 25 da UNUDHR - Foco na seguridade social**
- ▶ Nove relatórios focados na rede de segurança social foram conduzidos durante o 11º e 12º Parlamentos, resultando no início das atividades nas áreas mais afetadas da Vila do Patrimônio dos Primeiros Povos em 16 de janeiro de 2023, com conclusão prevista para maio de 2023.
- ▶ Além disso, o Ministério de Desenvolvimento Social e Serviços Familiares se comprometeu a criar um Sistema Integrado de Gestão de Empresas Sociais para facilitar a transformação dos Serviços Sociais do Ministério.

Estudo de caso - Comitê Seleto Conjunto sobre Direitos Humanos, Igualdade e Diversidade

- ▶ **Direitos à educação, ao emprego e à proteção contra a exploração sexual** resultando em A Unidade de Inspeção do Trabalho comprometeu-se a trabalhar com a Unidade de Combate ao Tráfico para realizar inspeções conjuntas para proteger os direitos dos trabalhadores migrantes e um plano de trabalho para garantir a consistência dos exercícios conjuntos.



Estudo de caso - Comitê Seletor Conjunto sobre Direitos Humanos, Igualdade e Diversidade



▶ Outros relatórios

11º Parlamento

- ▶ 2º Relatório **Desafios enfrentados por pessoas com deficiência, com foco específico no acesso a serviços e emprego**
- ▶ 4º Relatório **Sistemas em vigor para proteger as crianças contra abusos**
- ▶ Décimo segundo relatório **Exploração sexual de crianças em Trinidad e Tobago, com foco específico em prostituição infantil e pornografia infantil**

12º Parlamento

- ▶ Terceiro relatório **Discriminação enfrentada por pessoas com doença mental e a capacidade de acessar saúde mental de qualidade, Terceira Sessão (2022/2023), Décimo segundo Parlamento**
- ▶ Quinto relatório **Implementação das recomendações do relatório da equipe de investigação independente nomeada pelo gabinete da República de Trinidad e Tobago para investigar denúncias de abuso infantil em lares de crianças**
- ▶ Sexto Relatório **Implementação das Recomendações do 18º Relatório, 11º Parlamento, sobre uma Investigação sobre o Tratamento de Migrantes com Foco Específico no Direito à Educação, Emprego e Proteção contra Exploração Sexual**





PODER LEGISLATIVO
Cámara de Senadores



Sessão 2

Catherine Juvinao

Honorável Representante, Colômbia
Vice-Presidenta – América do Sul da
Rede de Parlamento Aberto do
ParlAmericas



#ParlAmericasOPN

#ParlAmericas2024

MECANISMOS PARLAMENTARES PARA A EFETIVA PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

20ª Assembleia Plenária do ParlAmericas e 8º encontro da Rede de Parlamento Aberto

Construindo Alianças para Fortalecer a Democracia e Promover os Direitos Humanos



Sobre a Comissão de Direitos Humanos e Audiências:



- Promove a defesa dos direitos humanos além do contexto do **conflito armado interno** que assola o país.
- Realiza **audiências públicas** em que diferentes **setores da sociedade são bem-vindos para** apresentarem seus casos.
- Realiza um **controle político constante** sobre as entidades encarregadas de garantir a proteção, o cumprimento e a promoção dos direitos humanos.

Sobre a Comissão de Direitos Humanos e Audiências:



- **Recebe comentários do público** ou de outras partes interessadas sobre projetos de lei ou atos legislativos em andamento.
- **Compartilhe trabalhos e experiências, espaços e conhecimentos** com organizações não governamentais nacionais e internacionais, bem como com entidades estatais nacionais e internacionais.

A esse respeito, na comissão tratamos assuntos como:

- Violência baseada em gênero.
- Situação de segurança com relação ao conflito armado interno nos territórios.
- Superlotação das prisões.



A esse respeito, discutimos questões como as seguintes no comitê:

- Controles políticos sobre os respectivos ministros da defesa, justiça, interior, comissários de paz, diretores de entidades, entre outros.
- Violência política.
- Situação dos defensores dos direitos humanos.
- Exercício efetivo do direito de protesto.





Experiências, lições aprendidas e estratégias sobre mecanismos institucionais para promoverem e protegerem os direitos humanos

Embora seja difícil estar imerso nos problemas de violência que o país enfrenta, esse exercício nos permite **intervir em favor da proteção da cidadania e dos territórios, denunciando e focando em eventos que são ignorados** pela agenda pública.



Experiências, lições aprendidas e estratégias sobre mecanismos institucionais para promoverem e protegerem os direitos humanos

Ao participar de tais comissões, **denunciei a expansão e o fortalecimento de grupos armados e, como consequência, o desenvolvimento da política de Paz Total foi examinado.**

Congresso da Colômbia

Podemos encontrar várias formas de defesa e supervisão da situação dos direitos humanos no país, bem como de questões específicas relacionadas, tanto na câmara alta quanto na câmara baixa.

Essas câmaras compartilham a Comissão Jurídica de Direitos Humanos e Audiências e a Comissão de Paz Acidental.



Congresso da Colômbia

Outros tipos de comissões especializadas são criados, por exemplo:

- Comissão Jurídica de Acompanhamento da aplicação da Lei 1448/2011 "Lei de Vítimas e Restituição de Terras",
- Comissão de Acompanhamento Acidental dos Programas de Desenvolvimento Territorialmente Focado - PDET, Programa de Substituição Voluntária de Cultivos Ilícitos - PNIS e TERRAS,
- Comissão accidental para monitorar a implementação do Acordo de Paz.



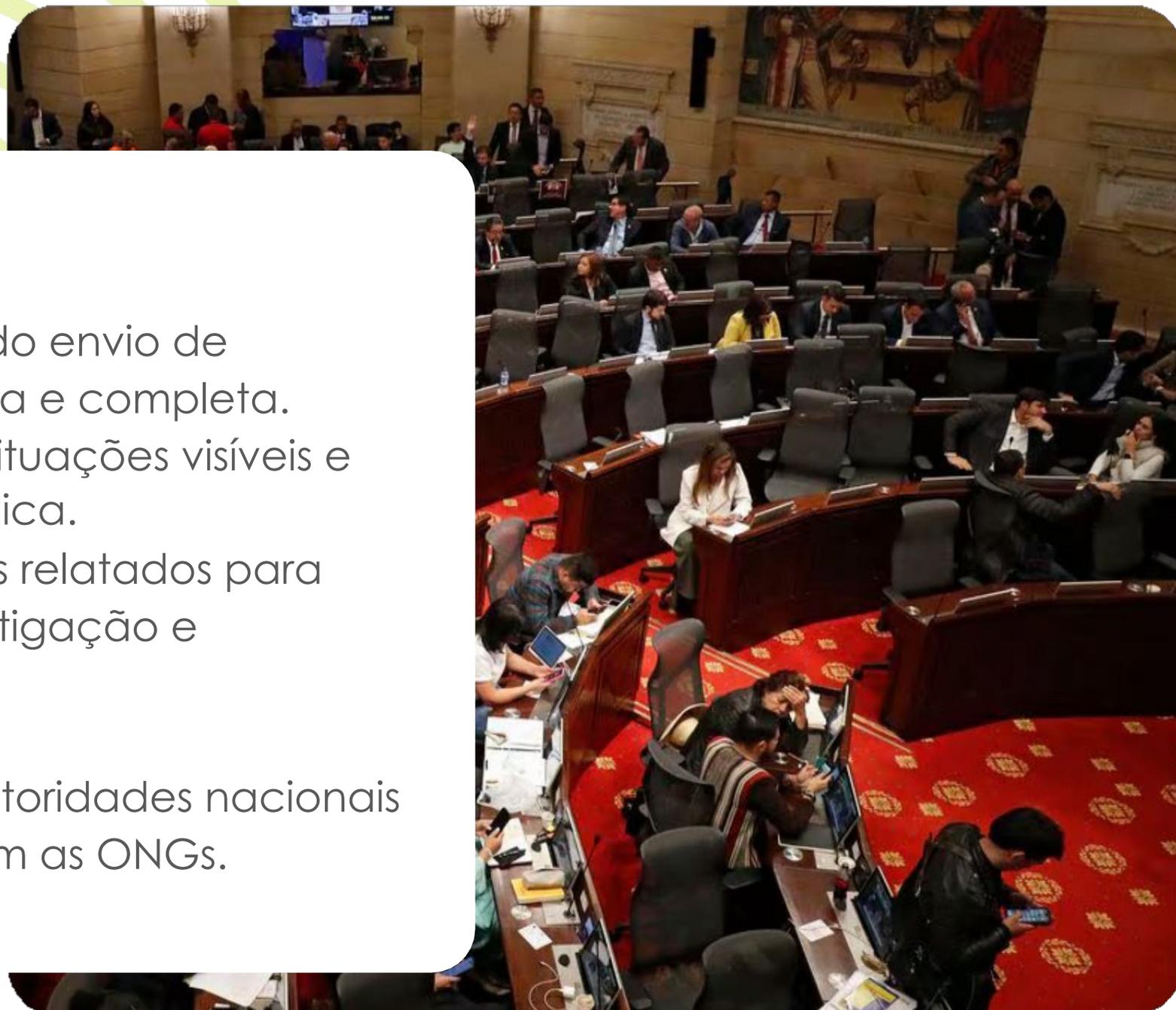
Dificuldades:

- A falta de comprometimento das entidades convocadas para o controle político em participarem das sessões de debate.
- A falta de mecanismos de sanção após a apresentação de reclamações.



Vantagens

- Multipartidarismo.
- Obrigação das entidades do envio de informação de forma rápida e completa.
- Capacidade de tornar as situações visíveis e colocá-las na agenda pública.
- O poder de escalar os fatos relatados para os níveis mais altos de investigação e controle.
- Facilitar a articulação de gerenciamento entre as autoridades nacionais e territoriais, bem como com as ONGs.





Boas práticas legislativas voltadas à promoção e proteção dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes:



Embora o caminho não tenha sido fácil e essas sejam questões que ainda despertam opiniões diversas, algumas com um tom machista, o trabalho de vários colegas no Congresso da República da Colômbia deve ser reconhecido.



Boas práticas legislativas voltadas à promoção e proteção dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes:



Experiência em pelo menos três questões nas quais trabalhamos ou estamos fazendo progresso legislativo.

Promoção da liderança e da participação política das mulheres (lei sobre prevenção, atenção e punição da violência política contra as mulheres; lei sobre o aumento da representação política das mulheres em posições de poder).

PL 349/2023c (**#ParidadYa**) que "adota medidas para garantirem a participação igualitária das mulheres nos diferentes ramos e órgãos do poder público". Juntamente com 16 congressistas, fomos as autoras desta iniciativa. Na Câmara de Representantes fui autor do Projeto de Lei. O Projeto de Lei superou os quatro debates. Dois na Câmara de Representantes e dois no Senado.



Promoção da liderança e da participação política das mulheres (lei sobre prevenção, atenção e punição da violência política contra as mulheres; lei sobre o aumento da representação política das mulheres em posições de poder).

O projeto de lei aprovado propõe que, a partir de 2026, pelo menos 50% dos cargos de máximo nível de decisão sejam desempenhados por mulheres nos governos nacionais e locais. Também propõe que o Governo e o Congresso da República deverão incluir 50% de mulheres nas delegações de colombianos que em comissões oficiais atendam conferências diplomáticas, reuniões, fóruns internacionais comitês de especialistas e eventos similares.



Promoção da liderança e da participação política das mulheres (lei sobre prevenção, atenção e punição da violência política contra as mulheres; lei sobre o aumento da representação política das mulheres em posições de poder).

Em 2 de maio de 2024, ficamos sabendo que o **Tribunal Constitucional declarou o projeto de lei constitucional!** Em uma revisão anterior do projeto de lei, o tribunal superior argumentou que:

- Essas cotas para mulheres estão em conformidade com o princípio constitucional da igualdade.
- o projeto de lei não contradiz as regras que já foram estabelecidas em relação às cotas políticas para mulheres.



Justiça Especializada em Atendimento Rápido e Oportuno à Mulher (JEM)

Outra iniciativa que gostaria de destacar é a **Jurisdição Especial para Mulheres (JEM)**. Trata-se do PL 407/2024C, de autoria da deputada Carolina Arbeláez e apoiado por mais de 50 deputados. Esse PL busca "estabelecer um Juizado Especial da Mulher (JEM) que garanta o acesso rápido e eficiente à justiça, assegurando o direito das mulheres de viverem livres da violência de gênero".



Justiça Especializada em Atendimento Rápido e Oportuno à Mulher (JEM)

- Violência doméstica (de acordo com o Medicina Legal): entre 2022 e 2023, passou de 47.771 casos afetando mulheres para 49.247 (aumento).
- Exames médico-legais para supostos crimes sexuais: entre 2022 e 2023, passou de 22.376 casos femininos para 20.774 casos (queda).
- Violência por parceiro íntimo (de acordo com o Medicina Legal): entre 2022 e 2023, passou de 35.657 mulheres afetadas para 36.768 mulheres afetadas (aumento).
- Femicídios (de acordo com o Observatorio Femicidios de Colombia): em 2022, o número total de femicídios foi de 619, enquanto em 2023 foi de 525 (queda). No entanto, em janeiro de 2023 houve 49 femicídios, enquanto em janeiro de 2024 houve 64 (aumento).



Justiça Especializada em Atendimento Rápido e Oportuno à Mulher (JEM)

No controle político sobre feminicídio e violência contra a mulher, que lideramos e realizamos na Câmara de Representantes em dezembro de 2023, **apresentamos dados quantitativos e qualitativos que mostram a situação alarmante em termos de violência de gênero, especialmente violência doméstica, violência sexual, violência por parceiro íntimo e feminicídio.**

De acordo com dados de entidades como a Procuradoria Geral da República, **na Colômbia temos uma taxa de impunidade de mais de 90% para a violência sexual e doméstica e o feminicídio e as mulheres não se atrevem a denunciar porque pelo menos 84% dos casos permanecem sob investigação e são posteriormente encerrados.**





Em um cenário tão crítico, a iniciativa da Jurisdição Especial para Mulheres é oportuna e fundamental. Ela é composta por 6 artigos, por meio dos quais a estrutura do Poder Judiciário colombiano é modificada para incluir essa nova jurisdição. A Jurisdição Especial da Mulher é autônoma, com competência exclusiva e preferencial para conhecer os casos em que as mulheres tenham sido vítimas por razões de gênero.



Proibição do casamento infantil e das uniões precoces forçadas na Colômbia

Em 30 de abril de 2024, o PL 155/2023C, que proíbe o casamento infantil e uniões precoces, foi aprovado em segundo debate na sessão plenária. Este projeto, da autoria da Representante da Câmara Jennifer Pedraza, é DA MAIOR IMPORTÂNCIA.





Há pelo menos três motivos principais para apoiar o PL:

1. **O PL reconhece um problema histórico, com perspectiva de gênero, que infelizmente ainda está presente no país.** Entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de de 2022 foram abertos 451 processos administrativos para a reintegração de Direitos (PARD) em favor de crianças e adolescentes por "união ou casamento precoces". Noventa e oito por cento delas são meninas e mulheres adolescentes, principalmente vitimadas por atos de violência sexual, dos quais a maioria tem 12 e 17 anos de idade.



Há pelo menos três motivos principais para apoiar o PL:

2. **O casamento infantil é contrário a vários direitos fundamentais:** ele tem efeitos graves em três áreas indispensáveis: educação, saúde e proteção. No caso da educação, 73% das meninas abandonam a escola para se dedicarem ao trabalho doméstico e de cuidados com os filhos ou são incentivadas a o fazerem; no caso da saúde, há uma maior probabilidade de gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis; finalmente, no caso da proteção, há um maior risco de abuso, exploração, violência e discriminação.



Há pelo menos três motivos principais para apoiar o PL:

3. o **O PL inclui a abordagem preventiva e pedagógica, que é fundamental para a questão do casamento infantil:** a maioria dessas intervenções, que têm um forte componente educacional, foi mobilizada em larga escala pelos setores educacionais dos países; essas intervenções demonstraram resultados positivos no adiamento do primeiro casamento (ICRW, 2016). Algumas avaliações sugerem que as meninas e adolescentes que se beneficiaram desses programas educacionais têm 40% menos probabilidade de se casarem ou se unirem em uma idade precoce.



PODER LEGISLATIVO
Cámara de Senadores



Parlamentos em Ação – Enfrentar os desafios atuais relacionados com o Democracia e direitos humanos

Sessão 3



#ParlAmericasOPN

#ParlAmericas2024



PODER LEGISLATIVO
Cámara de Senadores



Sessão 3

María Fernanda Boidi

Diretora de Trabalho de Campo e
Parcerias Regionais, Vanderbilt University
LAPOP Lab



#ParlAmericasOPN

#ParlAmericas2024

O PULSO DA DEMOCRACIA NAS AMÉRICAS: RESULTADOS DO BARÔMETRO DAS AMÉRICAS

Maio de 2024



AmericasBarometer
Barómetro de las Américas

O Barômetro das Américas

A pesquisa comparativa mais abrangente e cientificamente rigorosa da região

2004-2023:
Mais de 385 mil entrevistas em 34 países

Representativo em âmbito nacional, estratificado por região e residência urbana/rural.

Entrevistas presenciais em **8 idiomas** usando dispositivos móveis

2023

26 países

~1.500 entrevistas/país

Questões: economia, estado de direito, capacidade do Estado, confiança, migração, corrupção, segurança, entre outras.

Entrevistas cara a cara, exceto no Haiti e na Nicarágua (CATI), e nos Estados Unidos e no Canadá (Web).

Os dados e relatórios estão disponíveis para download gratuito em: www.vanderbilt.edu/lapop

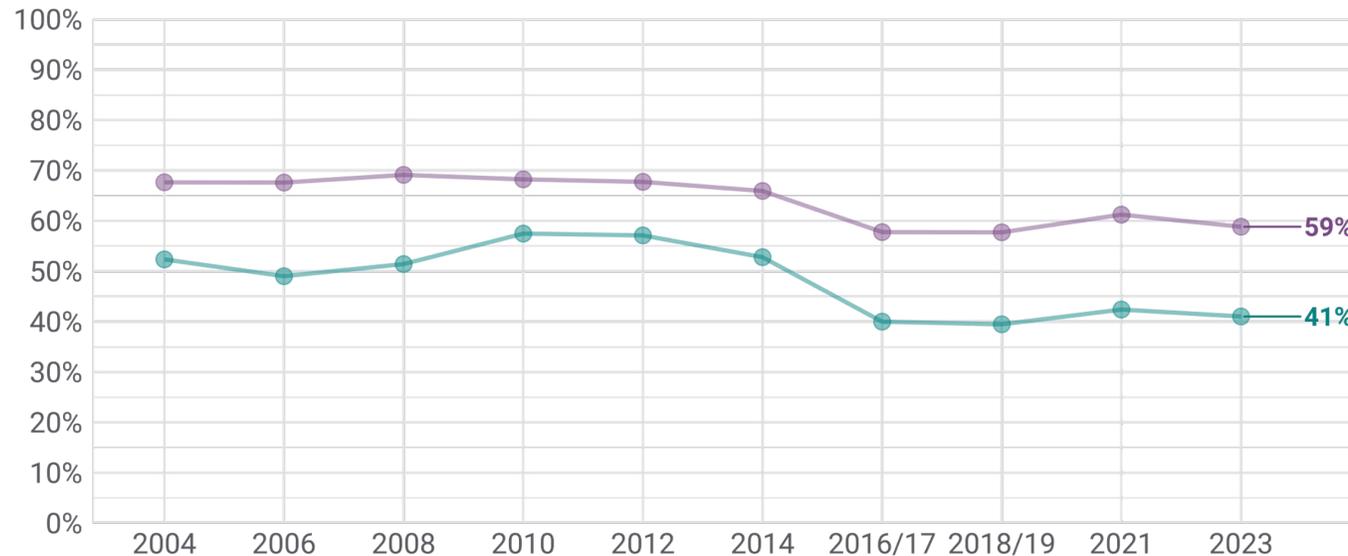
O projeto é possível graças ao apoio da USAID por meio do DIMS III.

Após quedas significativas, as opiniões sobre a democracia permaneceram estáveis em um novo equilíbrio inferior.

Apoio e satisfação com a democracia se estabilizaram em níveis mais baixos do que há uma década

% que apoia a democracia

% que está satisfeito com a democracia



Fuente: LAPOP Lab, Barómetro de las Américas 2004-2023

A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Até que ponto você concorda ou discorda dessa afirmação?

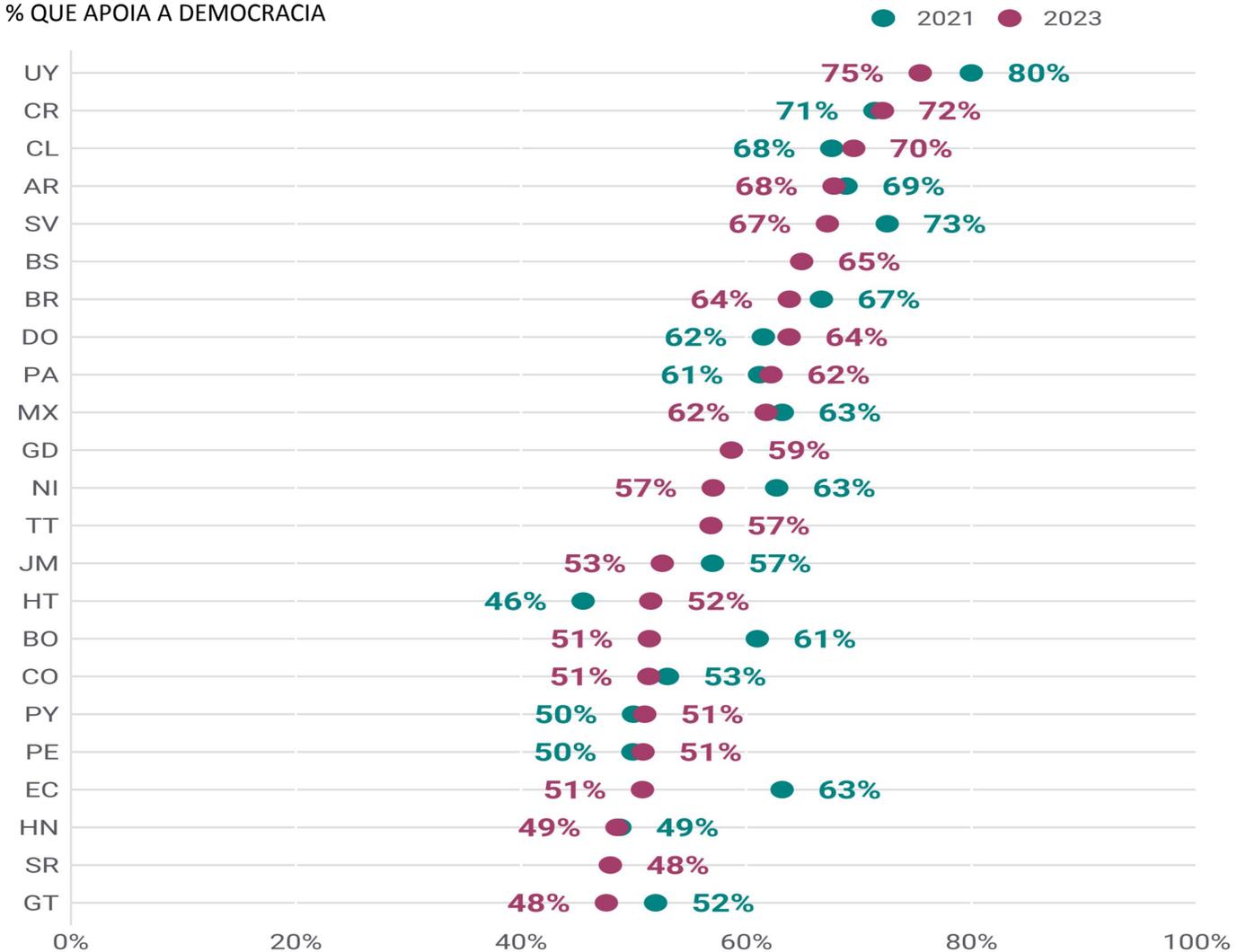
O gráfico mostra a porcentagem de respostas de 5 a 7 em uma escala de 7 pontos.

Em geral, você diria que está muito satisfeito(a), satisfeito(a), insatisfeito(a) ou muito insatisfeito(a) com a forma como a democracia funciona no (país)?

O gráfico mostra a porcentagem que respondeu "satisfeito" ou "muito satisfeito".

Desde 2021, o apoio à democracia permaneceu estável ou diminuiu na maioria dos países da América Latina e do Caribe.

% QUE APOIA A DEMOCRACIA



Fuente: LAPOP Lab, Barómetro de las Américas 2021-2023

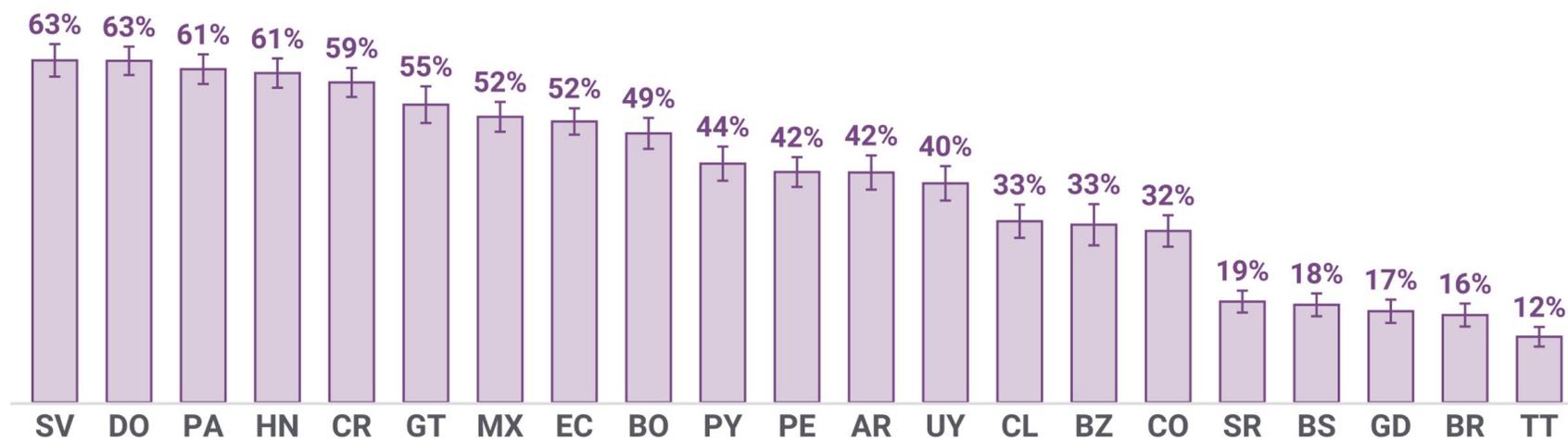
A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Até que ponto você concorda ou discorda dessa afirmação?

O gráfico mostra a porcentagem de respostas de 5 a 7 em uma escala de 7 pontos.

Em quase um terço dos países da América Latina e do Caribe, a maioria justificaria o fato de líderes agirem fora da lei.

A MAIORIA EM EL SALVADOR, REPÚBLICA DOMINICANA, PANAMÁ, HONDURAS, COSTA RICA, GUATEMALA, MÉXICO E EQUADOR JUSTIFICARIAM ATOS EXTRALEGAIS.

■ % que justifica que os políticos atuem fora da lei para cumprirem promessas) de confiança 95% intervalo de confiança

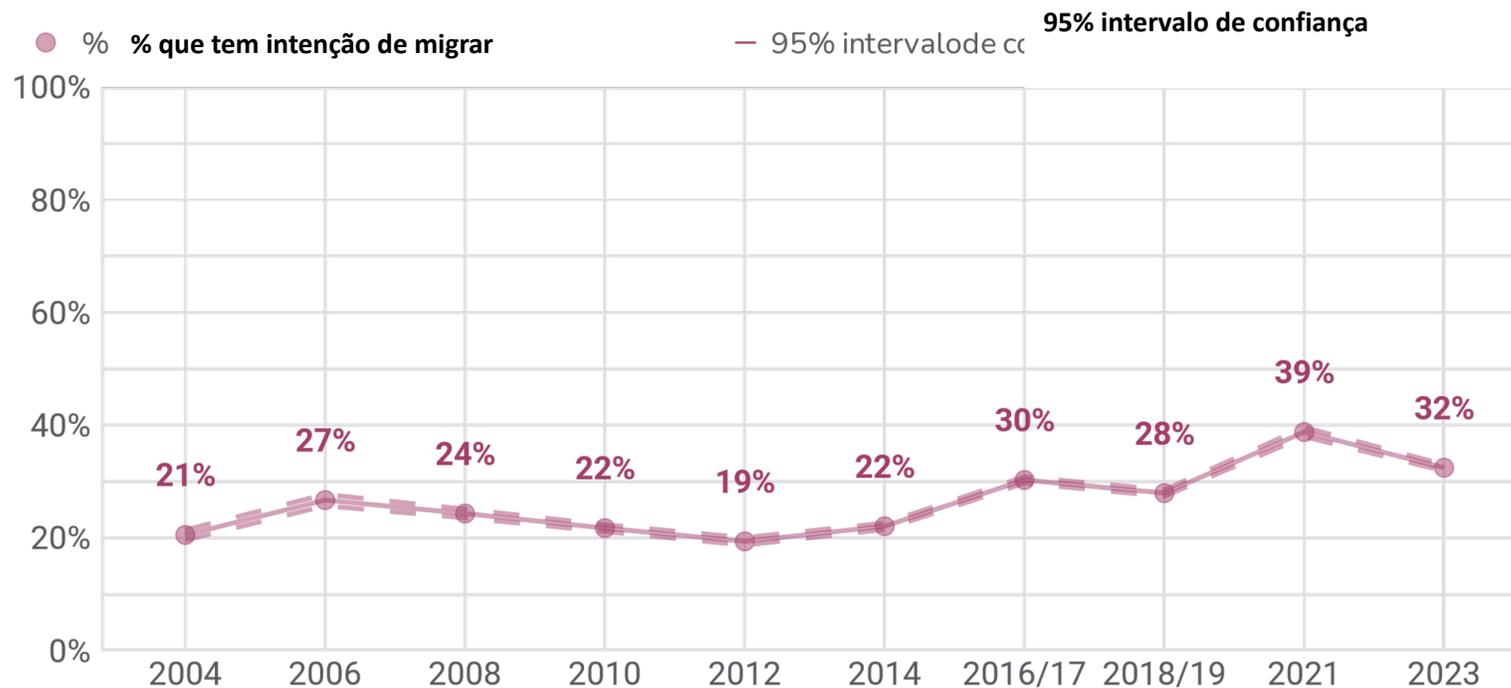


Fuente: LAPOP Lab, Barómetro de las Américas 2023

Para cumprirem as promessas feitas ao povo, os políticos têm justificativa para agirem fora da lei.

Embora as intenções de migrar tenham atingido o pico em 2021, o nível em 2023 é mais alto do que o nível pré-pandêmico registrado na rodada de 2018/19.

Na média da região da ALec houve um viés de subida nas intenções de emigrar desde 2012

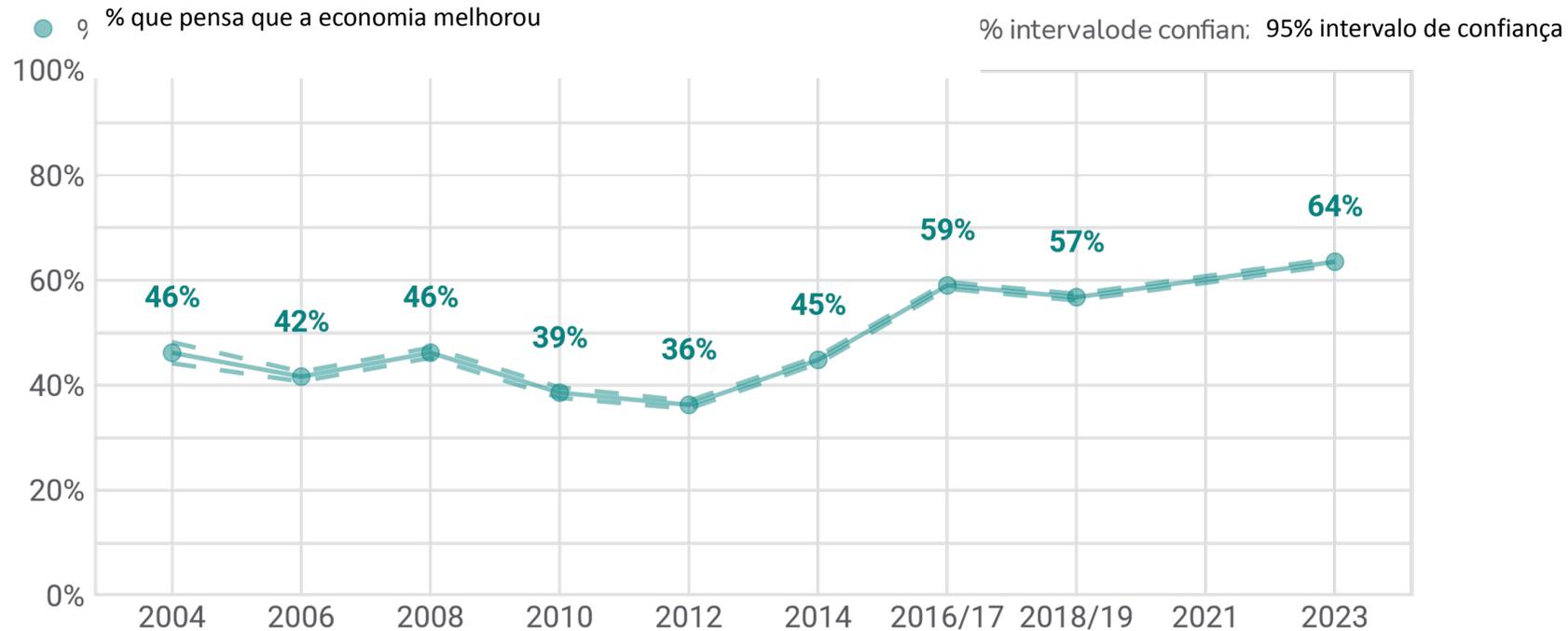


Fuente: LAPOP Lab, Barómetro de las Américas 2004-2023

Você pretende se mudar para morar ou trabalhar em outro país nos próximos três anos?

Um desafio para a construção da confiança institucional é a percepção persistente e crescente das más condições econômicas.

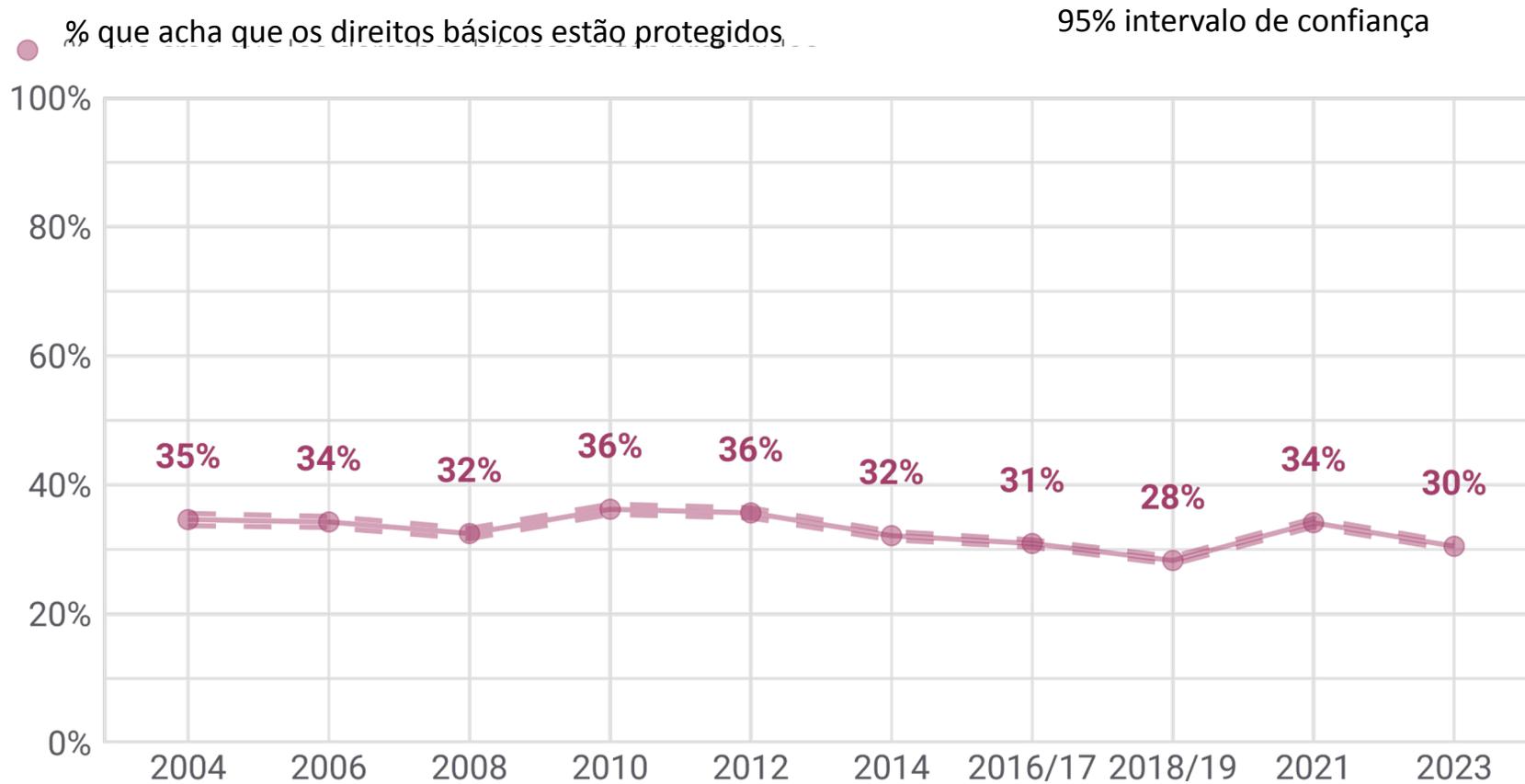
O pessimismo sobre as condições econômicas nacionais se encontra em seu ponto mais alto



Fuente: LAPOP Lab, Barómetro de las Américas 2004-2023

Você considera que a situação econômica do país está melhor, igual ou pior do que há 12 meses?

Há um sentimento generalizado de falta de proteção entre a cidadãs e cidadãos das Américas.

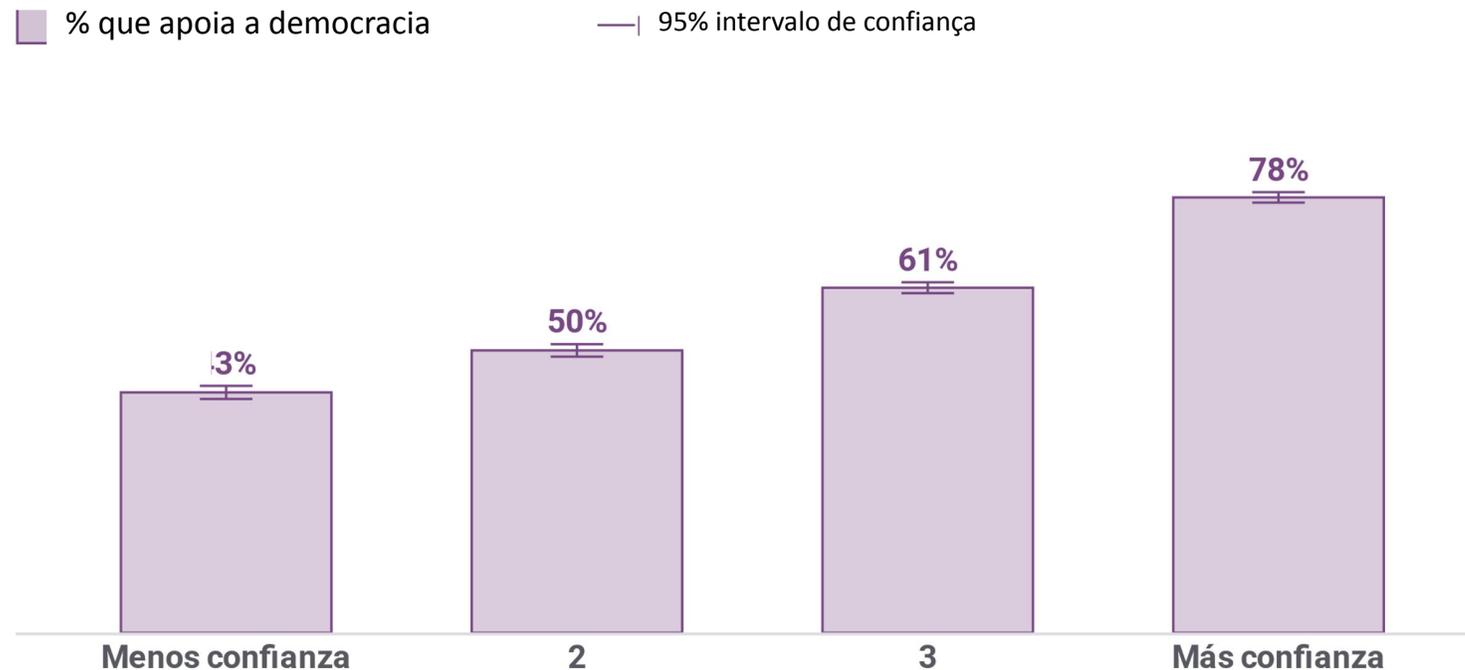


Fuente: LAPOP Lab, Barómetro de las Américas 2004-2023

Até que ponto você acha que os direitos básicos das cidadãs e cidadãos são bem protegidos pelo sistema político (gentílico)?

A criação de instituições confiáveis é fundamental para o compromisso público com a democracia na ALC.

Uma maior confiança nas instituições está fortemente associada com um maior apoio à democracia



Fuente: LAPOP Lab, Barómetro de las Américas 2023

A democracia pode ter problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Até que ponto você concorda ou discorda dessa afirmação?

O gráfico mostra a porcentagem de respostas de 5 a 7 em uma escala de 7 pontos.

Há motivos para sermos otimistas em relação à demanda da região por democracia:

Os jovens adultos de hoje estão mais comprometidos com a democracia do que seus antecessores.

As gerações pós-transição na ALeC está mais comprometida com a democracia do que as gerações anteriores



Fuente: LAPOP Lab, Barómetro de las Américas 2004-2023